

<https://doi.org/10.33362/professare.v14i2.3704>

**Desinformação digital:** *implicações sociais e o papel da educação como medida de enfrentamento*

**Digital disinformation:** *social implications and the role of education as a countermeasure*

**Desinformación digital:** *implicaciones sociales y el papel de la educación como contramedida*

Sirlei Stallbaum Klein<sup>1</sup>

Stefanie Daiane Dickel da Silva<sup>2</sup>

Marcia Farinella<sup>3\*</sup>

Recebido em: 24 nov. 2024

Aceito em: 04 jul. 2025

**RESUMO:** Este artigo analisa os impactos sociais da desinformação digital e destaca o papel da educação como ferramenta essencial no enfrentamento a esse fenômeno. Com abordagem qualitativa e caráter exploratório, a pesquisa se fundamenta em revisão bibliográfica e na análise de dados recentes sobre o comportamento informacional da população brasileira. Os resultados evidenciam que a desinformação compromete o debate público, intensifica a polarização e gera confusão social, afetando especialmente grupos vulneráveis. Verificou-se que grande parte das pessoas tem dificuldade em distinguir conteúdos verídicos de enganosos, o que contribui para a propagação de informações falsas. A alfabetização midiática e o desenvolvimento do pensamento crítico são apresentados como caminhos necessários para a formação de cidadãos mais conscientes. Conclui-se que a articulação entre educação e políticas públicas é fundamental para combater a desinformação e fortalecer a democracia.

**Palavras-chave:** Desinformação. Educação midiática. Pensamento crítico.

**ABSTRACT:** This article analyzes the social impacts of digital disinformation and highlights the role of education as an essential tool in confronting this phenomenon. With a qualitative approach and exploratory nature, the research is based on a bibliographic review and the analysis of recent data on the information behavior of the Brazilian population. The results show that disinformation compromises public debate, intensifies polarization and generates social confusion, especially affecting vulnerable groups. It was found that most people have difficulty distinguishing between truthful and misleading content, which contributes to the spread of false information. Media literacy and the development of critical thinking are

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação, Políticas Públicas e Cidadania. Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4620-6053>. E-mail: sirleistall\_16@hotmail.com.

<sup>2</sup> Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Centro Universitário Internacional - UNINTER. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6626-8034>. E-mail: stefaniedickel19@gmail.com.

<sup>3\*</sup> Doutora em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7194-3354>. E-mail: marcia\_farinella@yahoo.com.br.

presented as necessary paths to the formation of more aware citizens. It is concluded that the articulation between education and public policies is essential to combat disinformation and strengthen democracy.

**Keywords:** Disinformation. Media literacy. Critical thinking.

**RESUMEN:** Este artículo analiza los impactos sociales de la desinformación digital y destaca el papel de la educación como herramienta esencial para afrontar este fenómeno. Con un enfoque cualitativo y de naturaleza exploratoria, la investigación se basa en una revisión bibliográfica y el análisis de datos recientes sobre el comportamiento informativo de la población brasileña. Los resultados muestran que la desinformación compromete el debate público, intensifica la polarización y genera confusión social, afectando especialmente a los grupos vulnerables. Se encontró que la mayoría de las personas tienen dificultades para distinguir entre contenido verdadero y engañoso, lo que contribuye a la difusión de información falsa. La alfabetización mediática y el desarrollo del pensamiento crítico se presentan como caminos necesarios para la formación de ciudadanos más conscientes. Se concluye que la articulación entre la educación y las políticas públicas es esencial para combatir la desinformación y fortalecer la democracia.

**Palabras clave:** Desinformación. Alfabetización mediática. Pensamiento crítico.

## INTRODUÇÃO

A crescente banalização da mentira no espaço público e digital tem se tornado uma ameaça concreta à estabilidade das democracias e à formação de uma opinião pública crítica e bem informada. Em um cenário marcado pela hiperconectividade e pelo consumo acelerado de informações, conteúdos falsos ou enganosos circulam com facilidade, muitas vezes assumindo a aparência de notícias legítimas. Essa dinâmica contribui para o enfraquecimento dos processos deliberativos, alimenta discursos polarizados e compromete a confiança em fontes jornalísticas e instituições públicas.

Um relatório produzido por pesquisadores do Observatório da Comunicação — *OberCom* — analisou a complexidade do fenômeno da desinformação em contextos digitais e identificou que a proliferação de fake news está diretamente relacionada à lógica de funcionamento das redes sociais, à busca por visibilidade comercial e à fragilidade da literacia midiática da população (Cardoso *et al.*, 2018). O documento destaca que a confiança nos fatos está sendo gradualmente substituída por crenças pessoais, muitas vezes reforçadas por algoritmos que afunilam o acesso à informação, criando bolhas de confirmação. Nesse contexto, a desinformação não apenas distorce a realidade, mas também fortalece narrativas que deslegitimam o conhecimento técnico e o jornalismo responsável.

Diante desse panorama, torna-se urgente desenvolver políticas públicas e ações educativas que promovam a literacia digital e crítica desde os primeiros anos de escolarização. Combater a desinformação não deve se restringir à remoção de conteúdos falsos ou à punição de seus autores, mas sim envolver um processo contínuo de capacitação dos cidadãos para que possam identificar, verificar e contextualizar as informações que consomem. Somente com uma sociedade informada, crítica e eticamente comprometida será possível enfrentar, de forma duradoura, os efeitos corrosivos das fake news sobre a vida pública.

Em tempos de intensa circulação de informações, impulsionada pelas tecnologias digitais e pelo uso massivo das redes sociais, a sociedade contemporânea enfrenta constantemente desafios relacionados à qualidade, à veracidade e à confiabilidade dos conteúdos consumidos e compartilhados. A facilidade de acesso a dados de diversas fontes, nem sempre confiáveis, tem contribuído para a disseminação de desinformação, fenômeno que ultrapassa o campo individual e alcança esferas coletivas, impactando a opinião pública, a tomada de decisões e a própria construção da realidade social.

Diante desse cenário, surgem preocupações quanto aos efeitos da desinformação na formação de percepções distorcidas, no acirramento de polarizações e no comprometimento da confiança nas instituições. Esse contexto impõe à educação o desafio de preparar cidadãos críticos, capazes de avaliar, questionar e interpretar as informações que recebem, fortalecendo assim uma cultura de responsabilidade informacional. O presente estudo tem como objetivo analisar as implicações sociais desse fenômeno e discutir de que maneira a educação pode atuar como agente estratégico na mitigação dos efeitos da desinformação. Embora muitas pessoas estejam cientes do termo “desinformação” e tenham uma compreensão básica do seu significado geral, nem todos possuem um entendimento completo do conceito ou conseguem distinguir com precisão entre notícias verdadeiras e informações enganosas. Algumas pesquisas sugerem que um número significativo de pessoas compartilha conteúdos falsos, evidenciando dificuldades em discernir a veracidade das informações recebidas.

Para este estudo, utilizamos dados provenientes do relatório *A Global Study on Information Literacy* (Poynter Institute; MediaWise; YouGov; Google News Initiative, 2022). A pesquisa, realizada em agosto de 2022, contou com a participação de 8.585 respondentes em oito países, sendo 1.177 brasileiros. No Brasil, o levantamento revelou que 39% dos

entrevistados afirmaram já ter compartilhado, sem perceber, conteúdos enganosos, como postagens, vídeos, imagens ou notícias. Além disso, 44% relataram ter contato diário com informações potencialmente falsas ou imprecisas, e 65% demonstraram preocupação com os efeitos da desinformação sobre si mesmos ou pessoas próximas. Os dados também indicam que a geração mais jovem é a mais propensa a compartilhar esse tipo de conteúdo antes de realizar a devida verificação (Poynter Institute; Mediawise; Yougov; Google News Initiative, 2022).

A fim de aprofundar a análise sobre o fenômeno da desinformação e suas implicações sociais, este estudo adota uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório, fundamentada na conceitualização de teóricos de diversas áreas. Conforme Minayo (2007, p. 21), a abordagem qualitativa “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Para Gil (2008, p. 27), “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”, como é o caso da desinformação.

Nesse percurso, optou-se por uma metodologia estruturada em duas etapas principais. A primeira consiste na realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, com foco nas implicações sociais da desinformação e no papel da educação como estratégia de enfrentamento. Para Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica abrange toda a literatura já divulgada sobre o tema, incluindo publicações acadêmicas, jornais, revistas, livros, teses, material cartográfico e meios audiovisuais. Nesse sentido, os autores destacam que a finalidade da pesquisa bibliográfica “[...] é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 183).

A segunda etapa envolve a definição dos procedimentos de análise do material coletado, conforme a concepção proposta por Shiroma, Campos e Garcia (2005, p. 3), segundo a qual “essa tarefa exige um olhar investigativo sobre os textos para ler o que dizem, mas também para captar o que não dizem”. Essa perspectiva amplia a compreensão do fenômeno, ao exigir que o pesquisador vá além da literalidade, identifique omissões e considere o contexto de produção e circulação da informação.

Com base nesses aportes metodológicos e teóricos, aprofunda-se, a seguir, a discussão sobre o conceito de desinformação e sua historicidade, situando-o como um fenômeno social

recorrente, que assume diferentes formatos e motivações ao longo do tempo, mas que adquire novas proporções e desafios na sociedade digital contemporânea.

A desinformação é um fenômeno complexo que envolve a criação, disseminação e recepção de informações enganosas ou imprecisas, afetando significativamente a forma como indivíduos e coletividades compreendem e interagem com o mundo. Trata-se de um processo que, embora intensificado no contexto digital contemporâneo, possui raízes históricas. De acordo com Meneses (2018, p. 49), “a desinformação representa conteúdos de diversas vertentes que são apresentados como reais, mas são claramente falsos, fabricados ou exagerados a ponto de não mais corresponderem à realidade; além disso, a informação opera com o objetivo explícito de enganar ou confundir determinado público-alvo”.

Embora o uso de estratégias informativas enganosas não seja novo, o que se observa atualmente é a intensificação e a velocidade com que esse conteúdo circula, especialmente por meio das redes sociais digitais. Nesse ambiente, a desinformação assume contornos mais complexos, com impactos diretos sobre a construção de narrativas sociais, políticas e culturais. Conforme destacado pelo *OberCom* (2018), o fenômeno da desordem informacional, que compreende não apenas a desinformação, mas também a má-informação e a informação maliciosa, exige novas abordagens analíticas, dado seu poder de manipulação e sua influência no comportamento social.

Corroborando esses achados, a pesquisa realizada pelo *Instituto Reuters* e pela Universidade de Oxford (Newman *et al.*, 2023) identificou que apenas 24% dos brasileiros confiam nas notícias que recebem, índice abaixo da média global. O mesmo relatório aponta o Brasil como um dos países com maior exposição à desinformação por meio das redes sociais, com destaque para o *WhatsApp* e o *YouTube* como canais recorrentes de disseminação de conteúdo duvidoso.

Além disso, estudo conduzido por Silva *et al.* (2022) revela que grande parte dos jovens apresenta dificuldades em identificar fontes confiáveis e distinguir fatos de opiniões, indicando fragilidades na formação para a leitura crítica da informação. Essa constatação é reforçada por Barros e Carvalho (2021), ao afirmarem que, embora os jovens estejam altamente conectados, isso não os torna necessariamente mais críticos ou informados, pelo contrário, o excesso de conteúdo pode gerar confusão, dispersão e desinformação.

Esses indicadores evidenciam tanto a vulnerabilidade informacional dos cidadãos, como também a urgência de ações educativas para mitigar esse problema. O fortalecimento das competências informacionais e midiáticas deve ser tratado como uma prioridade, especialmente no ambiente escolar, onde os estudantes podem desenvolver habilidades para verificar fontes, analisar discursos e compreender os mecanismos de produção e circulação da informação.

## DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

### Interesses ocultos na desinformação e implicações sociais

Mas afinal, qual o interesse por trás da disseminação de notícias falsas? Os interesses podem variar dependendo das pessoas envolvidas, por vezes podem esconder interesses políticos, financeiros, ideológicos, bem como, por simples diversão. Meneses (2018, p. 26) afirma que “Qualquer que seja a motivação (financeira, política, ideológica, pessoal ou outra) a essência é a mesma.” Nos últimos anos percebemos que as notícias falsas foram e ainda são usadas para manipular a opinião pública em favor de determinados partidos políticos ou candidatos através da difamação e divulgação de fatos falsos, com o intuito de influenciar o resultado de eleições. Pena (2018, p. 12) diz que “[...] as Fake News se estruturam principalmente como modo de poder político e não somente como uma notícia falsa relacionada a alguém específico, elaborada e transmitida por má-fé.”

No que trata de interesses financeiros, boatos sem fundamentos são criados com o objetivo de atrair a atenção das pessoas para sites de compras, aumentando assim a lucratividade das empresas. Se pensarmos nos interesses ideológicos, a disseminação dessas informações parte de grupos extremistas para promover seus ideais, espalhar ódio e divisão entre as pessoas, visando minorias étnicas, religiosas ou políticas, reforçando estereótipos e gerando conflitos sociais. Ainda, algumas pessoas criam e disseminam informações manipuladas simplesmente para enganar e manipular outras pessoas por diversão ou por outros motivos pessoais.

Na sociedade, a desinformação compartilhada tem várias implicações negativas. Os principais problemas sociais estão relacionados com a distorção da realidade levando à formação de opiniões baseadas em informações incorretas, o que leva a decisões equivocadas e ações prejudiciais, dificultando o diálogo construtivo. A desinformação na sociedade

dificulta a tomada de decisões das pessoas com relação a assuntos importantes, quais sejam: saúde, meio ambiente, política e outros temas relevantes para o bem-estar coletivo. Conforme dados da edição 2023 da pesquisa *Percepção Pública da C&T no Brasil*, que ouviu 1.931 pessoas com 16 anos ou mais de todas as regiões do país, “de cada 10 brasileiros, cinco se deparam frequentemente com notícias que parecem inverídicas. Além disso, 36,5% admitem já ter compartilhado informações falsas com amigos, parentes ou na internet, independentemente de suspeitarem de sua veracidade” (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022). Além disso, a desinformação afeta a reputação, causando danos à imagem de pessoas, empresas e instituições acarretando prejuízos emocionais, financeiros e profissionais.

Na esfera das políticas públicas, não se tem muita ação, havendo necessidade de uma abordagem das notícias difundidas de maneira mais abrangente, visando combater efetivamente sua disseminação, tornando menos intenso seus impactos negativos na sociedade. Alves e Maciel (2020, p. 23) apontam que o que se percebe no âmbito das políticas públicas, no entanto, “[...] é um panorama de muita incompreensão e de quase inércia.”

Admitindo que o fenômeno das informações midiáticas deturpadas representa grandes desafios, Lapa (2023, p. 14) sinaliza que “é tarefa fundamental desenvolver políticas públicas que busquem combatê-las.” As políticas públicas podem incluir a criação de leis e regulamentos específicos para combater a disseminação de desinformação, podem priorizar a educação e a alfabetização midiática em todos os níveis de ensino, devem incentivar e promover a cooperação entre governos e plataformas digitais, bem como, devem incentivar a transparência.

### **Formação crítica e responsabilidade social diante da desinformação**

Ao refletirmos sobre o controle e combate de conteúdos infundados disponibilizados em plataformas digitais, logo pensamos na educação, e consigo, questionamentos acerca da forma como a educação pode contribuir no combate das inverdades nas redes. Nesse sentido, a educação desempenha um papel fundamental no combate às fake news, dentre as quais enfatizamos o desenvolvimento do pensamento crítico, a alfabetização digital, o fortalecimento da ética jornalística, a promoção da mídia crítica, a conscientização sobre a influência das mídias sociais, bem como, o fomento do diálogo construtivo.



Neste contexto, a educação deve ajudar os indivíduos a desenvolver habilidades de pensamento crítico, ensinando-os a questionar, analisar e avaliar as informações que encontram. Ainda, a educação deve abordar a alfabetização digital, ensinando os alunos a usar as ferramentas digitais de forma responsável e consciente, ensinando sobre as fontes de informação online, como pesquisar informações confiáveis e como identificar falsas informações ou ausência de fontes. Alves e Maciel (2020, p. 21) defendem que “a alfabetização digital é uma medida de médio e longo prazo, mas de extrema importância para o combate à desinformação contemporânea”.

Assim, a educação propicia ensinamentos e princípios fundamentais éticos, como veracidade, imparcialidade e responsabilidade. Isso ajuda os indivíduos a entenderem a importância de receber informações precisas e a distinguir entre notícias reais e falsas. Ainda, pode-se incentivar a análise e a crítica da mídia, encorajando os alunos a questionar a veracidade das informações e a considerar diferentes perspectivas. Isso contribui para uma compreensão mais ampla e crítica das notícias e evita a propagação inconsciente de dados falsos. Portanto, “o objetivo é ensinar as crianças a pensar de forma crítica sobre o conteúdo que recebem e a questionar o valor de uma notícia, por mais atraente e agradável que ela possa parecer (Alves; Maciel, 2020, p. 21).”

Logo, é importante que a educação sobre fake news seja abordada de forma contínua, começando desde cedo e acompanhando o desenvolvimento dos alunos ao longo dos anos, envolvendo também pais e responsáveis nesse processo, para que possam oferecer suporte e orientação adequada fora do ambiente escolar. Alves e Maciel (2020, p.23) defendem “a educação digital em escolas desde o ensino básico a fim de criar uma cultura de pensamento crítico e alfabetizado no mundo tecnológico.”

Os professores desempenham um papel fundamental como agentes de combate às fake news na educação. Nas palavras de Silva,

É possível que a educação seja a solução para amenizar o compartilhamento de inverdades, e para isso de fato acontecer, professores de todas as disciplinas devem assumir o papel de formadores de cidadãos com senso crítico aguçado, que desenvolvam habilidades de leitura cautelosa, que gostem de pesquisa e que saibam filtrar os materiais que leem (Silva, 2018, p.11).

Os professores podem ensinar os alunos a questionar informações, analisar fontes, verificar fatos e avaliar a qualidade das informações encontradas, podem facilitar discussões



sobre a mídia e suas influências na sociedade, podem incentivar debates informados em sala de aula, ajudando os alunos a desenvolverem habilidades de análise crítica e a reconhecerem quando uma informação é baseada em fatos ou se trata de uma distorção da verdade, bem como, através da elaboração de atividades práticas, como projetos de pesquisa, simulações de debates e verificação de fatos, para ajudar os alunos a aplicarem suas habilidades de identificação de notícias falsas, na prática.

Para que os professores possam contribuir no processo educativo do combate às fake news, é importante que estejam atualizados sobre as últimas tendências e técnicas de disseminação. Isso possibilita o compartilhamento de informações atualizadas com os alunos, indicação de fontes, tais como: sites, livros, artigos e qualquer outra fonte que tenha tratamento científico.

Não somente os professores, mas as pessoas de modo geral também podem desempenhar um papel fundamental no combate à disseminação de conteúdos infundados. É aconselhável que as pessoas verifiquem a fonte das informações antes de compartilhar qualquer conteúdo. Para verificação da fonte de divulgação, pode-se recorrer a agências de notícias reconhecidas, instituições acadêmicas, organizações governamentais ou especialistas no assunto em questão.

Ainda, as pessoas devem analisar criticamente o conteúdo em busca de indícios de dados falsos antes de compartilhar qualquer conteúdo. Ao deparar-se com uma notícia falsa, é aconselhável denunciar às plataformas de mídia social ou sites onde ela está sendo divulgada. Isso pode ajudar a remover o conteúdo enganoso e limitar sua propagação. Nessa perspectiva, Albuquerque *et al.* (2020), apresenta algumas “dicas” para combater as fake news, quais sejam:

1. não leia apenas o título - Leia o conteúdo da notícia na íntegra antes de compartilhar. [...];
2. certifique-se de que as informações e fontes são seguras - Busque saber a origem da notícia, quem são os autores e se o site em que foi publicada é confiável. [...];
3. observe se existe um consenso - Pesquise em mais de um veículo de comunicação ou em sites especializados para identificar se existe consenso acerca das informações transmitidas. [...];
4. na dúvida, não compartilhe - Notícias e textos antigos costumam circular nas redes sociais. [...];
5. não ignore as informações científicas, mas considere que tudo é muito novo e ainda não temos nada definitivo - Não existem soluções simples para problemas complexos. [...];
6. reconheça o erro, alerte o próximo e denuncie - Caso você tenha sido vítima de fake news, não tenha medo de admitir. (...); (Albuquerque *et al.*, 2020, pp. 4-5)

Portanto, as dicas de Albuquerque *et al.* (2020) contribuem na promoção de uma sociedade mais informada e responsável, sendo um incentivo ao pensamento crítico e a verificação de informações. Assim, a disseminação de fake news, quando evitada, melhora a confiança nas informações, bem como, reduz os impactos negativos da desinformação. Portanto, é fundamental considerar informações científicas com cautela, já que o conhecimento está sempre evoluindo. Em caso de compartilhamento de algo falso, o correto é sempre reconhecer o erro, alertar os outros e denunciar. Esse cuidado coletivo cria um ambiente digital mais seguro e colaborativo para a sociedade.

### **Educação midiática como estratégia de enfrentamento à desinformação**

Diante do contexto apresentado, especialistas destacam que uma das ações mais urgentes e necessárias é intensificar o investimento na chamada “alfabetização midiática”, que, conforme publicação focada em temas educacionais, disponível na página *Aprendizagem em Foco* (2018), de acordo com a Unesco, “[...] significa capacitar as pessoas para compreender as funções da mídia e outros provedores de informação, a avaliar criticamente seus conteúdos e, como usuários e produtores de informação e de conteúdos de mídia, tomar decisões com base nas informações disponíveis”. Em um contexto em que as redes sociais e o acesso à internet ampliaram as fontes de informação, a habilidade de interpretar e questionar o conteúdo tornou-se vital. A alfabetização midiática e digital capacita os indivíduos a diferenciar fontes confiáveis de notícias enganosas ou manipuladas, promovendo uma postura mais crítica e independente em relação ao consumo de conteúdo. A promoção do desenvolvimento dessas habilidades permite que os cidadãos possam identificar intenções por trás das informações compartilhadas e assim, desenvolver resistência à manipulação.

Além disso, a educação midiática oferece ferramentas para compreender como as informações são produzidas e disseminadas. Ao aprender sobre o funcionamento dos algoritmos das redes sociais e os mecanismos de propagação de fake news, os indivíduos se tornam mais conscientes sobre como são direcionados a certos tipos de conteúdo. Em um estudo experimental, Scheibenzuber e Nistor (2019) examinaram o uso de um jogo educativo para treinar usuários a discernir entre informações verídicas e falsas, com resultados positivos na motivação e percepção dos participantes sobre o conteúdo de notícias online. Esses resultados demonstram que métodos interativos de aprendizagem, como jogos digitais,

podem ser integrados com sucesso em currículos de alfabetização midiática para fortalecer a resiliência contra fake news.

Com essa compreensão, torna-se mais fácil perceber as estratégias que visam distorcer ou exagerar a realidade para influenciar a opinião pública. Dessa forma, a alfabetização midiática empodera os cidadãos, permitindo-lhes navegar em um ambiente informativo complexo e muitas vezes tendencioso. Nesse sentido, ao capacitar indivíduos para compreenderem as motivações por trás das manipulações midiáticas, essa alfabetização contribui para uma sociedade mais informada e menos suscetível às técnicas de manipulação emocional frequentemente empregadas nas fake news. Esse desenvolvimento ético torna-se essencial para o fortalecimento da confiança pública e para a promoção de uma cidadania ativa e responsável (Davidović, 2022).

Portanto, o desenvolvimento da educação midiática não beneficia apenas o indivíduo, mas a sociedade como um todo. Ao proporcionar à população a capacidade de identificar e questionar os conteúdos acessados, criam-se comunidades mais resilientes à desinformação, uma vez que as pessoas passam a compreender os impactos negativos da disseminação de informações falsas. Esse conhecimento torna-se ainda mais essencial durante períodos de crise, como eleições ou pandemias, em que a desinformação pode se espalhar rapidamente e afetar decisões e comportamentos importantes para a segurança coletiva. Assim, a educação midiática representa uma ferramenta poderosa no combate às desinformações e principalmente, na disseminação de notícias falsas, promovendo uma cultura de informação responsável.

### **Papel da educação formal no desenvolvimento do pensamento crítico**

A educação formal desempenha um papel importante no desenvolvimento do pensamento crítico, habilidade fundamental para uma sociedade mais informada e resistente à desinformação. Quando incorporado aos currículos escolares, o pensamento crítico ajuda os alunos a questionarem e refletirem sobre o conhecimento transmitido, incentivando uma postura investigativa e criteriosa em relação à informação que recebem. Isso contribui para formar indivíduos capazes de analisar e verificar dados de forma independente, reconhecendo o valor das fontes e da transparência. Nesse sentido, Petrucco e Agostini (2020) afirmam que o desenvolvimento dessas habilidades nas escolas é vital, uma vez que a exposição dos estudantes às mídias tradicionais e digitais muitas vezes supera a capacidade de

discernimento crítico, o que demanda uma abordagem educacional que inclua tanto habilidades tecnológicas quanto humanísticas para enfrentar a desinformação.

Incluir o pensamento crítico na educação formal também significa preparar os alunos para enfrentar um mundo saturado de informações, onde a veracidade e a qualidade do conteúdo podem variar amplamente. McDougall *et al.* (2018) destacam que a alfabetização digital e midiática é central para fortalecer a resistência dos cidadãos contra a desinformação, permitindo-lhes avaliar a credibilidade das informações de forma independente e crítica, o que se torna ainda mais relevante no contexto atual de elevada politização e desconfiança nas mídias. A partir de metodologias que incentivem o questionamento e a análise, os estudantes aprendem a considerar diversos pontos de vista e a distinguir fatos de opiniões ou manipulações. Esse processo educativo promove uma cidadania mais ativa e responsável, capacitando futuros adultos a tomarem decisões informadas e a contribuírem para o bem comum ao rejeitarem notícias falsas e outras formas de manipulação.

Ademais, uma educação formal que priorize o pensamento crítico contribui diretamente para a construção de uma sociedade mais democrática e equitativa. Ao valorizar o questionamento e a análise lógica, as escolas estimulam uma visão mais ampla do mundo e incentivam os alunos a se tornarem agentes de mudança social. Esse desenvolvimento crítico é fundamental, pois amplia a capacidade de participação na vida pública, permitindo que os cidadãos avaliem políticas, mídias e opiniões de maneira fundamentada. Em um cenário global marcado pela polarização e pela disseminação e manipulação da verdade em contextos digitais, a educação cultiva o pensamento crítico e se torna base essencial para fortalecer o tecido social e resistir à desinformação. Nesse sentido, Adjin-Tettey (2022) recomenda que esses programas sejam incorporados aos currículos educacionais de forma consistente, considerando ainda a inclusão de grupos sem acesso formal à educação, o que maximiza o alcance e a eficácia dessas iniciativas. Com isso, a alfabetização midiática pode transformar-se em um pilar educativo fundamental, fortalecendo as habilidades críticas dos cidadãos e reduzindo a propagação de informações falsas de maneira significativa. Portanto, a educação quando utilizada para combate de conteúdos infundados, promove a emancipação dos estudantes, a desconstrução de conceitos equivocados, a tomada de decisões conscientes e, acima de tudo, contribui para a transformação positiva da sociedade.

## **Grupos vulneráveis e os efeitos da desinformação**

Os efeitos da desinformação são ainda mais danosos entre grupos historicamente vulnerabilizados. Idosos, pessoas com baixa escolaridade e comunidades étnicas minorizadas encontram maior dificuldade para acessar fontes confiáveis e interpretar criticamente conteúdos digitais. Em muitas situações, as notícias falsas exploram estereótipos ou preconceitos, e com isso, perpetuam desinformações que reforçam marginalizações ou discriminações já existentes. Por exemplo, idosos, frequentemente novos usuários de redes sociais, apresentam dificuldades em reconhecer conteúdo patrocinado ou manipulado, o que aumenta sua vulnerabilidade à desinformação (Brashier; Schacter, 2020). Isso agrava as desigualdades sociais, pois esses grupos ficam mais expostos a informações que, além de incorretas, promovem narrativas prejudiciais.

Grupos étnicos minoritários também são impactados pela disseminação de informações falsas, sobretudo quando estas contribuem para a perpetuação de preconceitos e estereótipos de cunho racial. Papapicco, Lamanna e D’Errico (2022) identificam que as chamadas “racial hoaxes” (boatos raciais) são particularmente prejudiciais a adolescentes pertencentes a minorias étnicas, pois alimentam e perpetuam estigmas negativos, impactando sua autoestima e integração social. Em consequência, esses jovens, por vezes, sem habilidades críticas desenvolvidas para contestar as informações, tornam-se mais suscetíveis a acreditar e compartilhar tais conteúdos prejudiciais.

Entre os idosos, por exemplo, a desinformação pode ter impactos diretos na saúde, como foi observado durante a pandemia de COVID-19. Os conteúdos divulgados manipulados, sobre tratamentos ineficazes ou informações incorretas referente a vacinação contribuíram para a desconfiança e o medo, prejudicando a adesão a políticas públicas de saúde. Crucian (2023) destaca que as sobre a pandemia geraram pânico entre idosos e populações rurais, que são geralmente menos expostos a uma diversidade de fontes informativas. A disseminação de informações errôneas sobre tratamentos e medidas preventivas resultou em comportamentos de risco e menor adesão a práticas de saúde pública, mostrando como a vulnerabilidade à desinformação pode ter consequências diretas e graves para a saúde dessas populações. Esse cenário demonstra a necessidade de políticas públicas e programas de educação midiática voltados especialmente para essas populações.

Em populações com baixa escolaridade, a capacidade de discernimento é reduzida pela falta de habilidades informativas críticas, essenciais para verificar a autenticidade das notícias.

Rampersad e Althiyabi (2020) destacam que a aceitação de fake news é mais acentuada em contextos onde o nível educacional é baixo, pois a habilidade de filtrar e avaliar informações com ceticismo crítico é menos desenvolvida, o que favorece a disseminação de informações enganosas, especialmente em plataformas digitais.

Os impactos de informações manipuladas em grupos vulneráveis também comprometem a coesão social e a confiança nas instituições. Quando esses grupos são afetados por informações enganosas, os danos não se limitam a eles, mas reverberam em toda a sociedade, resultando em aumento da polarização e enfraquecimento do entendimento coletivo. Para mitigar esses efeitos, é importante implementar programas de inclusão digital e educação midiática específicos para grupos vulneráveis, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para identificar e questionar informações enganosas. Plaza (2023) ressalta que programas educativos que incluam práticas de verificação de fatos e análise crítica da mídia podem empoderar esses indivíduos, fortalecendo sua capacidade de resistir à desinformação e assim, promover uma sociedade mais informada e justa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizamos este estudo apontando que de alguma forma, todos os cidadãos podem e devem contribuir para a não divulgação de notícias falsas. Nesse processo de enfrentamento à desinformação, a educação ocupa um papel central ao capacitar as pessoas para identificar, questionar e confrontar conteúdos enganosos, promovendo uma cultura de verificação e responsabilidade informacional.

A possibilidade de envolver os estudantes nesse processo passa diretamente pela atuação dos professores, que, como formadores de cidadãos com pensamento crítico, têm condições de estimular a curiosidade, a pesquisa e o senso de responsabilidade diante das informações. Ao lado da transmissão de saberes científicos, cabe aos docentes incentivar a investigação autônoma e o discernimento quanto à qualidade das fontes informativas.

Nesse sentido, a educação midiática se configura como um recurso indispensável para o fortalecimento da sociedade diante dos desafios informacionais contemporâneos. Ao desenvolver habilidades críticas e analíticas em relação ao conteúdo consumido, essa formação prepara os indivíduos para reconhecer intencionalidades ocultas, identificar manipulações e adotar uma postura mais consciente e responsável na circulação de

informações. Este estudo, portanto, reafirma que, em contextos marcados por incertezas e crises, a educação midiática consolida-se como uma estratégia potente para a construção de uma cultura informacional mais sólida, participativa e resiliente.

Diante da complexidade do tema e de suas implicações sociais diretas, destaca-se a necessidade de maior atenção por parte das políticas públicas, da sociedade civil e da comunidade acadêmica. Torna-se urgente ampliar a reflexão e o investimento em estudos sobre desinformação, seus impactos e os mecanismos educativos de resistência. Reforçamos, assim, a assertiva da Agência Senado (Brasil, 2019): “a educação é a única forma de interromper o ciclo de disseminação de informações falsas”.

Por fim, acreditamos que a construção de uma sociedade mais justa e bem informada exige um compromisso coletivo com a verdade, com o respeito ao conhecimento e com a formação de leitores mais conscientes. Investir em educação crítica, com potencial transformador, não é apenas uma escolha pedagógica, mas uma ação estratégica para fortalecer a democracia e o convívio social baseado na responsabilidade e no diálogo.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Ulysses *et al.* **Manual de enfrentamento de Fake News em tempos de covid-19**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/39112/1/Manual%20fake%20news%20Covid-19.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- ADJIN-TETTEY, Theodora Dame. *Combating fake news, disinformation, and misinformation: experimental evidence for media literacy education*. *Cogent Arts & Humanities*, 2022. Disponível em: <https://consensus.app/papers/combating-news-disinformation-misinformation-adjintettey/f84520ede822534ab9db2057570d4aae>. Acesso em: 6 nov. 2024.
- ALVES, Marco A. S.; MACIEL, Emanuella R. H. O fenômeno das fake news: definição, combate e contexto. *Revista Internet & Sociedade*, v. 1, n. 1, p. 144–171, jan. 2020. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/o-phenomeno-das-fake-news-definicao-combate-e-contexto/>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- BARROS, M. G.; CARVALHO, A. B. G. (org.). *Tecnologias digitais na educação [on-line]*. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 276 p. ISBN 978-85-7879-065-3. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7mnhs>. Acesso em: 30 out. 2024.
- BRASHIER, Nadia M.; SCHACTER, Daniel L. Aging in an era of fake news. *Current Directions in Psychological Science*, 2020. Disponível em: <https://consensus.app/papers/aging-fake-news-brashier/b0ef0e21200f5c6a89892674261ea442>. Acesso em: 6 nov. 2024.



CARDOSO, Gustavo et al. *As fake news numa sociedade pós-verdade: contextualização, potenciais soluções e análise*. Lisboa: Observatório da Comunicação – OberCom, 2018. Disponível em: <https://obercom.pt/wp-content/uploads/2018/06/2018-Relatorios-Obercom-Fake-News.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CRUCIAN, Narcis. The fake news phenomenon in the context of the Covid-19 pandemic. *Journal of Media Research*, 2023. Disponível em: <https://consensus.app/papers/fake-news-phenomenon-context-covid19-pandemic-perception-crucian/0b0cc0f94aa85bbeb457d4b900cc2555>. Acesso em: 6 nov. 2024.

DAVIDOVIĆ, Jovana. On how to defend oneself against media manipulation: the role of the informational and media literacy. *CM: Communication and Media*, 2022. Disponível em: <https://consensus.app/papers/defend-oneself-media-manipulation-role-media-literacy-davidovic/8022698a66a05961b10ed68431ccd3b2>. Acesso em: 6 nov. 2024.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HIROMI, F.; NASCIMENTO, C. Fake news evidencia a importância da educação para a mídia. *Aprendizagem em Foco*, n. 42, set. 2018. São Paulo: Instituto Unibanco. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/42/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

LAPA, João L. B. *Políticas públicas e fake news: o papel do Instituto Cidadania Digital no apoio à Frente Digital para o combate às fake news*. 2023. Monografia (Graduação em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/34863/1/2023\\_JoaoLuizBenditoLapa\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/34863/1/2023_JoaoLuizBenditoLapa_tcc.pdf). Acesso em: 29 jun. 2023.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

MCDUGALL, Julian; BRITES, Maria; COUTO, Maria; LUCAS, Catarina. Digital literacy, fake news and education. *Cultura y Educación*, 2018. Disponível em: <https://consensus.app/papers/digital-literacy-news-education-mcdougall/2ee2623c4ee153caa96274eec0d7e4dd>. Acesso em: 6 nov. 2024.

MENESES, Adilson José Pires. Sobre a necessidade de conceptualizar o fenómeno da fake news. *Observatório (OBS)*, special issue, p. 37–53, 2018. Disponível em: <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/1376>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (org.). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PAPAPICCO, C.; LAMANNA, Isabella; D'ERRICO, Francesca. Adolescents' vulnerability to fake news and to racial hoaxes: a qualitative analysis on Italian sample. *Multimodal Technologies and Interaction*, 2022. Disponível em: <https://consensus.app/papers/adolescents-vulnerability-fake-news-racial-hoaxes-papapicco/c09c078b27935d1f9a46f0242432fbbc>. Acesso em: 6 nov. 2024.

PENA, L. P. J. Fake news: uma breve análise acerca de sua trajetória internacional, consequências políticas e perspectiva jurídica. *Revista Dizer*, v. 3, n. 1, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/dizer/article/view/39923>. Acesso em: 28 jun. 2023.

PETRUCCO, C.; AGOSTINI, Daniele. Student perceptions of fake news: a matter of information literacy awareness. *International Journal of Digital Literacy and Digital Competence*, 2020. Disponível em: <https://consensus.app/papers/student-perceptions-fake-news-matter-information-petruccho/5f78d14d06c55f588669bd9cc829dc70>. Acesso em: 6 nov. 2024.

PLAZA, Alvie Elma C. Mitigating the impact of fake news on selected college students. *International Journal of Advanced Research in Science, Communication and Technology*, 2023. Disponível em: <https://consensus.app/papers/mitigating-impact-fake-news-selected-college-students-plaza/e0146561b17452e5b2f87aee56e7e061>. Acesso em: 6 nov. 2024.

POYNTER INSTITUTE; MEDIAWISE; YOUNGOV; GOOGLE NEWS INITIATIVE. *A global study on information literacy*. ago. 2022. Disponível em: <https://poynter.org/ifcn-global-study-information-literacy>. Acesso em: 15 jun. 2025.

REUTERS INSTITUTE; OXFORD UNIVERSITY. *Digital News Report 2023*. Oxford, 2023. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2023/brazil>. Acesso em: 15 jun. 2025.

RAMPERSAD, G.; ALTHIYABI, Turki. Fake news: Acceptance by demographics and culture on social media. *Journal of Information Technology & Politics*, 2020. Disponível em: <https://consensus.app/papers/fake-news-acceptance-demographics-culture-media-rampersad/50e688ef516a51c89520eed54a205d7e>. Acesso em: 06 nov. 2024.

SILVA, Tammi S. *Fake news: como ensinar os alunos a lidarem com essa realidade?* 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Mídias na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação – CINTED/UFRGS, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/203240/001108934.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SILVA, R. C. et al. O protagonismo da competência em informação no contexto das fake news: dados de pesquisa, propostas e reflexões. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, Marília, v. 15, n. 2, p. 351–374, ago. 2022. DOI: 10.26512/rici.v15.n2.2022.36755. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/36755>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SCHEIBENZUBER, Christian; NISTOR, Nicolae. Media literacy training against fake news in online media. 2019. Disponível em: <https://consensus.app/papers/media-literacy-training-against-fake-news-online-media-scheibenzuber/ccb50ad407e05993b35a1d6acbefaf2a>. Acesso em: 6 nov. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL; CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE; MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI.

*Percepção pública da ciência e tecnologia no Brasil – 2023: relatório analítico.* Brasília: CGEE/MCTI, 2024. 1.931 p. Disponível em: <https://percepcao.cgee.org.br/downloads>. Acesso em: 16 jun. 2025.